

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Alexandre Fernal

E-mail: afernal@sercomtel.com.br

Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Fernando Luiz Vechiato

E-mail: vechiato@uel.br

Professor Colaborador do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Marília).

Resumo: Os repositórios digitais surgiram a partir da *Open Archives Initiative* (OAI) – Iniciativa dos Arquivos Abertos. Desde então, tem sido utilizados especialmente por instituições para preservação da memória institucional por meio do auto-arquivamento de diversos tipos de documentos, constituindo os denominados repositórios institucionais. Objetiva-se, neste trabalho, relacionar os ambientes de repositórios digitais com os princípios arquivísticos tendo como enfoque a preservação digital. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos seguintes temas: Repositórios Digitais (Institucionais e Temáticos), Preservação Digital e Princípios Arquivísticos em que são examinadas a teoria dos arquivos e as diferenças entre os documentos eletrônicos, arquivos digitais e os objetos digitais no contexto desses ambientes informacionais digitais. Demonstrou-se a equivalência da nomenclatura adotada nos repositórios digitais que utilizam o *software DSpace* com os ambientes de arquivos. Os resultados alcançados permitiram evidenciar as relações existentes entre os ambientes dos repositórios digitais com os princípios arquivísticos e a preservação digital.

Palavras-chave: Repositórios Digitais. Princípios Arquivísticos. Preservação Digital.

1 INTRODUÇÃO

Os periódicos científicos são um dos principais canais de comunicação científica, tendo em vista que surgiram para propiciar o acesso e a disseminação aos resultados das pesquisas científicas. Porém, no final do século XX, as revistas científicas elevaram substancialmente os custos das assinaturas. Nesse sentido, como uma alternativa frente ao modelo adotado no processo de comunicação científica, surgem os repositórios digitais, resultantes das ideologias de movimentos importantes, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative – OAI*) e o Movimento de Acesso Livre (*Open Access*).

A partir de políticas pré-estabelecidas, os repositórios digitais permitem o auto-arquivamento pelos pesquisadores de sua produção científica, o que contribui para uma maior agilidade na divulgação dos resultados de uma pesquisa e sua apreciação pelos pares da comunidade científica de uma determinada área do conhecimento.

Esses ambientes têm sido utilizados pelas instituições públicas de ensino e pesquisa para divulgação do que é produzido, incluindo também os documentos administrativos, o que permite a preservação desses documentos e da memória no âmbito dessas instituições.

Verifica-se que o rápido avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) representam um problema para a preservação dos arquivos digitais a longo prazo. Observa-se que os repositórios digitais são estratégicos para implementação de sistemas de preservação de arquivos digitais duradouros.

Desse modo, entende-se que é possível relacionar os repositórios digitais aos princípios arquivísticos, posto que os princípios arquivísticos constituem a base da teoria dos arquivos que orienta todas as intervenções arquivísticas.

Para a elaboração deste trabalho, realizou-se um estudo qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental a partir de literatura científica nacional e internacional publicada em livros, artigos, trabalho de conclusão de curso, teses e dissertações no que tange aos seguintes temas: Repositórios Digitais, Princípios Arquivísticos e Preservação Digital.

Os repositórios digitais armazenam, preservam e disseminam os arquivos digitais, os quais propiciam a centralização desses arquivos. Essa centralização favorece a preservação digital. A preservação dos arquivos a longo prazo em formatos digitais representa um dos grandes desafios para o arquivista, sendo que a obsolescência tecnológica torna-se um agravante na problemática da preservação.

Constata-se que a preservação digital é importante em vista de que garante a recuperação das informações para as gerações futuras. Compreende-se que os repositórios digitais são de grande valia para a preservação e a disseminação da informação científica, as quais contribuem para o progresso da sociedade da informação e do conhecimento.

2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

O Movimento de Acesso Livre (*Open Access*) surgiu em 2002, em Budapest, Hungria, que definiu as estratégias básicas para o acesso à informação científica. Logo em seguida, emerge a Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives initiative – OAI*), a qual institui um padrão de interoperabilidade entre os repositórios digitais, configurando-se como uma alternativa para o processo de comunicação científica. (ALVES, 2008).

A OAI propõe duas estratégias básicas para o acesso à informação científica denominadas como: via dourada (*golden way*) e via verde (*green way*). A primeira aconselha que os periódicos científicos sejam publicados de acordo com o conceito de livre acesso a seus conteúdos que é assegurado pelos editores científicos. Em relação à segunda, o auto-arquivamento é realizado pelo próprio autor do artigo científico já publicado ou aceito para publicação, sob autorização do editor para que o torne acessível em um repositório de acesso livre. Constata-se que estes dois procedimentos, via dourada e via verde, são de fundamental importância para o movimento dos arquivos abertos. (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Os repositórios digitais distribuem-se em dois tipos principais: os repositórios temáticos e os repositórios institucionais. Os repositórios temáticos são constituídos por um agrupamento de pesquisas científicas de uma determinada área do conhecimento, que são acessíveis por meio da internet. Esses repositórios temáticos utilizam-se de tecnologias abertas e da iniciativa dos arquivos abertos, os quais propiciam acessibilidade aos resultados das pesquisas científicas e à discussão entre os seus pares. (CAFÉ et al., 2003).

Percebe-se que os repositórios temáticos são constituídos de arquivos digitais sobre um assunto de determinada área do conhecimento, disponíveis em acesso aberto, o que favorece maior visibilidade da produção científica.

Segundo Café et al. (2003), o repositório institucional é o conjunto de vários repositórios temáticos alojados em uma instituição. Em uma universidade, por exemplo, cada departamento de estudo trata de uma área específica do conhecimento, ou seja, o seu

repositório temático será específico no assunto deste departamento. A junção de todos os repositórios das diversas repartições de pesquisa comporá o repositório institucional.

Sanchez e Melero (2006, p. 3, tradução nossa) discursam sobre o surgimento e o conceito dos repositórios institucionais:

Os repositórios institucionais surgem como uma resposta das instituições, principalmente as acadêmicas contra as políticas inflacionistas das revistas científicas tradicionais que sempre tendem a elevar constantemente os preços e as necessidades das instituições de conservar, preservar e disponibilizar para sua comunidade acadêmica e pesquisadores seu patrimônio intelectual.

Nota-se que os repositórios institucionais propiciam por intermédio do movimento do acesso livre uma alternativa ao monopólio dos grandes editores científicos em vista de que possibilitam o acesso livre ao seu conteúdo científico produzido no âmbito acadêmico. O acesso à literatura científica é essencial para os cientistas e pesquisadores no desenvolvimento de suas pesquisas. Verifica-se que a preservação dos arquivos digitais é uma das principais atribuições dos repositórios institucionais.

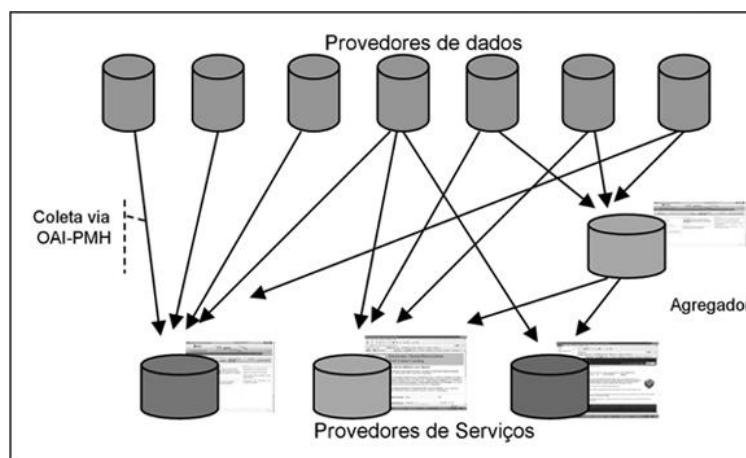
Desse modo, Lynch (2003, p. 2, tradução nossa) afirma que o repositório institucional de uma universidade é “Um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade, visando o gerenciamento e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos seus membros.”

Sendo assim, Crow (2002) considera que os repositórios institucionais de acesso aberto são coleções digitais que armazenam, preservam, disseminam e permitem o acesso à produção intelectual de uma comunidade universitária. Os repositórios institucionais funcionam como indicadores de qualidade institucional da própria universidade ao demonstrar a relevância da produção científica de sua comunidade universitária.

Para Weitzel (2006) os repositórios institucionais de acesso livre utilizam o protocolo *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)*. Este protocolo compartilha os mesmos metadados, o qual possibilita a interoperabilidade entre os repositórios, por meio da coleta de metadados dos provedores de dados para os provedores de serviços.

A Figura 1 apresenta o processo de coleta de metadados.

Figura 1: Coleta de metadados.



Fonte: Kuramoto (2006, p. 95).

Para Sanchez e Melero (2006), os repositórios institucionais de acesso aberto incluem uma ampla variedade de documentos eletrônicos. Weitzel (2006) afirma que os repositórios digitais são constituídos de arquivos digitais. Santarem Segundo et al. (2010) consideram que os repositórios digitais são constituídos de qualquer tipo de objeto digital.

A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), (BRASIL, 2010, p. 13) manifesta a distinção entre documentos eletrônicos e documentos digitais, sendo o primeiro caracterizado pela “Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico.” e o segundo, “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.”

Percebe-se então as diferenças entre documentos eletrônicos e documentos digitais, sendo aqueles analógicos ou digitais, enquanto estes configuram-se como eletrônicos porém representados apenas por uma sequência de bits.

Ainda de acordo com a CTDE (BRASIL, 2010, p. 12) a digitalização é o “Processo de conversão de um documento para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado.” Os objetos digitais são conceituados como um

Conjunto de uma ou mais cadeias de *bits* que registram o conteúdo do objeto e de seus metadados associados. A anatomia do objeto digital é percebida em três níveis: a) nível físico – refere-se ao objeto digital enquanto fenômeno físico que registra as codificações lógicas dos *bits* nos suportes (por exemplo: no suporte magnético, o objeto físico é a sequência do estado de polaridades – negativa e positiva – e, nos suportes ópticos, é a sequência de estados de translucidez – transparência e opacidade); b) nível lógico – refere-se ao objeto digital enquanto conjunto de sequências de *bits*, que constitui a base dos objetos conceituais; c) nível conceitual – refere-se ao objeto digital

que se apresenta de maneira compreensível para o usuário, por exemplo, o documento visualizado na tela do computador (BRASIL, 2010, p. 18).

Os repositórios digitais, portanto, são constituídos por documentos eletrônicos, arquivos digitais e objetos digitais os quais permitem, assim, o acesso livre (*Open Access*) às informações por meio da internet, o qual possibilita a consulta remota e simultânea.

Nota-se que as definições de documento eletrônico, arquivo digital e objeto digital são semelhantes apesar de existir uma distinção evidente entre os conceitos. Entende-se que a definição com maior relevância para o contexto dos repositórios digitais sob uma visão arquivística são os arquivos digitais, o qual relaciona-se com o princípio da organicidade, conforme será discutido mais adiante.

3 PRESERVAÇÃO DIGITAL

Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e informação, grande parte da literatura científica é produzida por meios eletrônicos. Entretanto, a preservação dos arquivos eletrônicos representa um grande problema em prover acesso à estes arquivos a longo prazo.

Para desenvolver um sistema de preservação digital por longo e eficaz período de tempo, alguns pré-requisitos são necessários, como por exemplo: alocação de recursos financeiros, recursos tecnológicos e intelectuais.

A preservação digital é um conjunto de procedimentos e estratégias da gestão documental desde a gênese, transmissão e preservação dos arquivos em suportes digitais, objetivando-se garantir a criação e a conservação de documentos com fidedignidade, autenticidade, acessibilidade, inteligibilidade e a preservação. (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, Márdero Arellano (2008) expõe o panorama da arquivística para a preservação digital sob a compreensão da delimitação e entendimento sob os documentos como: autenticidade, capacidade probatória, integridade das informações, contexto de produção e manutenção, com enfoque para as funções que as organizações e instituições arquivísticas geram e que, portanto, detêm a responsabilidade da guarda destes arquivos permanentes para atender em sua plenitude o princípio arquivístico da proveniência.

O arquivo digital permite sua reprodução sem perder sua qualidade, porém, para que se possibilite a sua reprodução e acessibilidade, a preservação digital é totalmente dependente das tecnologias da informação e comunicação. Constata-se que a tecnologia se encontra em

constante mudança, portanto, a obsolescência tecnológica configura-se como outro agravante da preservação digital. Verifica-se que a preservação de arquivos digitais é o método que garante de forma duradoura a mediação da comunicação informacional entre produtor e usuário. Observa-se que as estratégias de preservação digital possuem várias técnicas dentre essas: a migração, emulação, refrescamento, sendo que a migração é a mais utilizada.

Segundo Coelho (2005), migração é o conjunto de atividades que copia, converte ou transfere o arquivo digital de uma plataforma digital obsoleta para outra mais atualizada. Percebe-se que a migração compatibiliza-se com os arquivos digitais com as tecnologias mais recentes, possibilitando ao consulente acesso às informações além de:

Copiar a informação digital de um suporte que está obsoleto ou fisicamente deteriorado para um suporte mais novo; e/ou converter de um formato ultrapassado para outro mais atual; e/ou transferir documentos de uma plataforma de hardware/software em processo de descontinuidade para outra. (THOMAZ, 2004, p. 4).

Pode-se verificar que a migração é a técnica de preservação de arquivos digitais com elevado grau de utilização, posto que a migração não deve ser utilizada na preservação digital em qualquer circunstância visto que os métodos de migração e o custo operacional oscila de acordo com as conjunturas dos arquivos digitais.

A emulação utiliza um *software*, denominado emulador para acessar a plataforma de *hardware* ou *software* com sistemas incompatíveis. As técnicas de emulação tem como foco a preservação dos arquivos digitais em seu formato original. Em suma, a emulação baseia-se na preservação dos *bits* garantindo que o arquivo digital continue íntegro e autêntico ao longo de um período sem sofrer modificações ou alterações em seu conteúdo ao passo que a mídia física evolui ao seu redor. (MÁRDERO ARELLANO, 2008).

O refrescamento transfere a informação de um suporte de armazenamento físico digital para outro suporte mais moderno antes de ocorrer a deterioração do suporte ou que se torne obsoleto inviabilizando a sua transferência. A técnica de refrescamento enquadra-se na preservação funcional na qual o arquivo digital se altera com tempo, embora, continue acessível da mesma forma em que era originalmente. (MÁRDERO ARELLANO, 2008).

Para preservar os arquivos digitais se faz necessária a utilização dos metadados de preservação, pois os metadados de preservação descrevem os conteúdos dos documentos, tornando-se indispensáveis no processo de preservação, independentemente da estratégia de preservação adotada.

De acordo com o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), (BRASIL, 2010, p. 17) os metadados são “Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.” Para Ikematu (2001), os metadados são dados que representam as propriedades de um recurso, o qual suporta determinadas funções como: localização, descoberta, documentação, avaliação e seleção. Os metadados fornecem a conjectura para entender os dados ao longo do tempo de sua existência. Nota-se que por meio dos metadados é possível garantir a fidedignidade e autenticidade assim como a proveniência dos arquivos digitais.

Os metadados de preservação são aqueles associados aos conteúdos do documento, seu ambiente e sua composição no ápice de sua gênese e todas as alterações ocorridas em todas as suas fases. Essa concepção inclui elementos de estruturação física, técnica e lógica, ou seja, a relação estabelecida entre os registros. Observa-se que surgiram diversos padrões e esquemas de metadados de preservação nos últimos tempos. (MÁRDERO ARELLANO, 2008).

Constata-se a necessidade de se utilizar os metadados para a preservação digital, pois essas informações sobre dados descrevem os arquivos digitais em detalhes, o qual facilita a pesquisa e identificação de suas origens informacionais, gerencia seu tramite documental e representa a sua estrutura, o qual proporciona o acesso. (THOMAZ; SOARES, 2004).

Os repositórios digitais utilizam como padrão de metadados o *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI)¹. O Quadro 1 apresenta os quinze elementos do padrão de metadados *Dublin Core*.

¹ Disponível em: <<http://www.dublincore.org/>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

Quadro 1: Os quinze elementos do padrão de metadados *Dublin Core*.

Elementos	Descrição
Título	Nome dado ao recurso
Criador	Entidade originalmente responsável pela criação do conteúdo do recurso
Assunto	Tema do conteúdo do recurso. Pode ser expresso em palavras-chaves e/ou Categoria. Recomenda-se o uso de vocabulários controlados
Descrição	Relato do conteúdo do recurso. Exemplos: texto livre, sumário e resumo
Publicador	Entidade responsável por tornar o recurso disponível
Colaborador	Entidade responsável pela contribuição intelectual ao conteúdo do recurso
Data	Data associada a um evento ou ciclo de vida do recurso
Tipo	Natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Exemplos: texto, imagem, som, dados, software
Formato	Manifestação física ou digital do recurso. Exemplos: html, pdf, ppt, gif, xls
Identificador	Referência não-ambígua (localizador) para o recurso dentro de dado contexto
Fonte	Referência a um recurso do qual o presente é derivado
Idioma	Língua do conteúdo intelectual do recurso
Relação	Referência para um recurso relacionado
Cobertura	Extensão ou escopo do conteúdo do recurso; pode ser temporal e espacial
Direitos autorais	Informação sobre os direitos assegurados dentro e sobre o recurso

Fonte: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/358/237>. Acesso em: 09 fev.2012.

Os repositórios digitais tem como uma de suas principais atribuições a preservação digital. Todavia, dependerá das políticas definidas para a preservação dos recursos informacionais. Nota-se que os repositórios digitais configuram-se como fundamentais no processo de preservação da memória.

4 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS: RELAÇÕES COM OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS

A Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898, publicou o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos que definiu o termo arquivo como:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a

permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Percebe-se que no Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, o qual foi produzido pela a Associação dos Arquivistas Holandeses (1973), a definição de arquivo contempla os documentos do gênero textual e iconográfico, os quais eram recebidos ou produzidos por órgãos oficiais, ou seja, os documentos de caráter oficial, aqueles produzidos por um determinado órgão público. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (BRASIL, 2005 p. 19) os arquivos são um “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes.”

Nota-se que na conceituação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a composição do conjunto documental poderá ser constituído por documentos produzidos ou acumulados por uma instituição pública, ou seja, aqueles documentos de caráter oficial, por uma organização de âmbito privado, documentos pessoais e documentos de família, em qualquer suporte. Percebe-se que o conceito não se restringe apenas aos documentos de caráter oficial. Contempla, além disso, os documentos produzidos por organizações privadas, documentos de famílias e arquivos pessoais.

De acordo com Paes (2004, p. 121) arquivo é o “Conjunto de documentos oficialmente produzidos ou recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades e arquivados ou conservados para efeitos futuros.”

Os arquivos são constituídos de um conjunto documental produzido, recebido e armazenado por instituições públicas ou privadas no desempenho de suas funções, nos quais a arquivística aplicará sua teoria e método para atingir seus objetivos. (BELLOTTO, 2002a).

Nesse sentido, os canadenses Rousseau e Couture (1998) definem os arquivos como um conjunto de informações, independentemente do período, suporte, organicamente e automaticamente acumuladas por uma pessoa física ou jurídica, para atender seus objetivos e funções, preservados *a priori* por seu valor primário, isto é, administrativo, legal e probatório, posteriormente conservados por seu valor secundário, de testemunho.

Observa-se que para Schellenberg (2006, p. 40) “Não há uma definição do termo arquivo que possa ser considerada final, que deva ser aceita sem modificações e que seja preferível às demais. A definição pode ser modificada em cada país de acordo com suas necessidades.”

Verifica-se que a afirmação de Schellenberg (2006) é de extrema relevância para compreender em sua plenitude o conceito de arquivo, o qual pode ser modificado de acordo com a situação político social em que se encontra cada país, em um determinado período histórico.

Sendo assim, Schellenberg (2006) considera o termo arquivos modernos como os documentos de uma instituição pública ou privada, que sejam considerados de valor, o qual torna-se merecedor de guarda permanente para fins de consulta e de pesquisa e que tenham sido armazenados para a guarda, em um arquivo permanente.

No Brasil, o papel do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT²) é apoiar ações para divulgar a utilização de softwares como o DSpace.

Segundo Kuramoto (2007) o IBICT é um órgão do governo federal subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O IBICT tem como função legal, fomentar o registro e a disseminação da informação em ciência e tecnologia.

O IBICT (2005, p. 1) tem como missão “Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico tecnológico.” Constata-se que o IBICT incentiva o registro, a disseminação e a visibilidade da literatura científica por meio da utilização dos repositórios digitais. A ferramenta com maior utilização e incentivo para a construção dos repositórios digitais atualmente é o *software DSpace*.

Os repositórios digitais construídos com o *DSpace*, amplamente utilizados no país, são organizados em comunidades, subcomunidades e coleções, os quais relacionam-se com a arquivologia, posto que, percebe-se a equivalência dos termos empregados nos ambientes de repositórios digitais que utilizam o *Software DSpace* com os ambientes de arquivo. O termo comunidade corresponde aos grupos ou seções, as subcomunidades, aos subgrupos e as coleções às séries documentais. (FERREIRA, 2007).

Quadro 2: Equivalência de termos utilizados nos repositórios digitais e na arquivologia.

Arquivologia	Repositórios digitais
Fundo	Repositório
Grupo	Comunidade
Subgrupo	Subcomunidade
Séries	Coleções

Fonte: Adaptado de Ferreira (2007).

² Disponível em: < <http://www.ibict.br> >. Acesso em: 09 fev. 2012

De acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), (2000, p. 15), o fundo de arquivo é definido como um “Conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções.”

O fundo de arquivo para Rousseau e Couture (1998, p. 92) pode ser aberto ou fechado, “O fundo aberto é um conjunto de arquivos ao qual vão continuar a juntar-se documentos. O fundo fechado é um conjunto de arquivos ao qual não se irão juntar mais documentos.” Nesse sentido, Rousseau e Couture (1998, p. 95) afirmam que “ Não se pode, pois, desempenhar tarefa de arquivista sem recorrer ao princípio da proveniência, sem o qual não pode haver fundo de arquivo”.

O dicionário Brasileiro de terminologia arquivística (BRASIL, 2005), define grupo em um plano de classificação como a subdivisão da subclasse e o subgrupo como subdivisão do grupo. A ISAD(G) (CIA, 2000), diz que o termo grupo o qual igualmente entende-se por seção é conceituado como uma subdivisão de um fundo de arquivo, o qual faz parte de um conjunto de documentos que possuem relações que equivalem às subdivisões administrativas de uma determinada instituição ou divisão geográfica, cronológica, funcional. Desta forma, se as estruturas hierárquicas do produtor dos documentos são de elevado grau de complexidade, cada seção poderá dispor de várias subdivisões de acordo com as necessidades, para que se represente as estruturas hierárquicas das unidades administrativas primária a qual é subordinada.

A série documental é definida pela ISAD(G) como:

Documentos organizados de acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade, seja por terem uma forma particular ou devido a qualquer outro tipo de relação derivada de sua produção, recebimento ou uso. É também conhecida como uma série de documentos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16).

Nota-se que o termo coleções adotado na nomenclatura dos repositórios digitais referem-se as séries documentais, logo compreende-se que o termo possui uma distinção notória no entendimento da arquivologia sob a definição de coleções, que segundo Schellenberg (2006) essas podem ser naturais ou orgânicas e artificiais.

As coleções naturais ou orgânicas são:

Aglomerados de materiais documentários que se formam no curso normal dos negócios ou da vida de entidades privadas, individuais ou coletivas como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações. Tais coleções tem certas características bem definidas. Cada qual é comumente oriunda de uma mesma fonte e reunida concomitantemente com as ações a que se refere. Tais coleções são o produto de atividade orgânica, e por essa razão foram chamadas por Lester J. Cappon, ex-presidente da *Society of American Archivists*, de coleções orgânicas. Em relação à maneira pela qual nascem são idênticas aos grupos de arquivos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 270).

As coleções artificiais são formadas após o transcurso das atividades com que se relacionam. Derivando-se de fontes variadas, as quais representam fielmente uma coleção, uma vez que, várias peças são colecionadas, isto é, agrupadas. (SCHELLENBERG, 2006).

Os princípios arquivísticos encontram-se na fundamentação da teoria arquivística, os quais representam o marco primordial que diferencia a arquivística de outras ciências documentárias. São princípios arquivísticos: proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade ou integridade arquivística e cumulatividade. (BELLOTTO, 2002a).

Para Rousseau e Couture (1998, p. 48) o fazer arquivístico está “Intimamente ligado à existência dos arquivos. Porém, a estruturação destes hábitos de trabalho em torno de um mesmo objeto e o aparecimento de princípios aos arquivos constituem um fenômeno contemporâneo.”

Ainda de acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 92) “O fundo de arquivo que tem a sua origem teórica na aplicação do princípio da proveniência é uma pedra de toque da prática arquivística.” Diz o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 127) que o princípio de proveniência é o “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.”

Para Bellotto (2002b, p. 23) o princípio da organicidade é a “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.”

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79) o princípio da proveniência:

É a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja a sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base arquivística, a saber o fundo de arquivo. O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à arquivística, uma vez que esta tem por objetivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa.

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação dos Arquivistas Holandeses (1973, p. 18) a respeito da organicidade diz que “O arquivo é um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções das entidades modificam-se, concomitantemente a natureza do arquivo.”

A unicidade segundo Bellotto (2002a, p. 21) é o princípio que “Não obstante forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivos conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos.”

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 108) conceitua a integridade arquivística como o “Objetivo decorrente do princípio da proveniência que consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas. Também chamado integridade do fundo.”

Sendo assim, Bellotto (2002a, p.21) considera o princípio da integridade arquivística da seguinte forma “Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio é derivado do princípio da proveniência.”

A cumulatividade ainda de acordo com Bellotto (2002a, p. 21) é o princípio segundo qual o arquivo “É uma formação progressiva, natural e orgânica”.

Quadro 3: Relações entre os princípios arquivísticos e os repositórios digitais

Princípios Arquivísticos	Repositórios Digitais
Proveniência	Propiciam a convergência dos arquivos digitais. Essa centralização resguardará os arquivos produzidos por uma determinada instituição ou pessoas para que não sejam misturados aos arquivos de outros fundos.
Organicidade	Apresentam uma estruturação hierárquica que representam as estruturas administrativas e funções organizacionais.
Unicidade	Cada arquivo encontra-se depositado em um determinado local específico, o qual faz parte da estrutura documental.
Integridade arquivística	Favorece a preservação dos arquivos digitais.
Cumulatividade	Formação progressiva, natural e orgânica.

Entende-se que os repositórios digitais relacionam-se com o princípio da proveniência ao favorecer a convergência dos arquivos digitais, o qual não permite a dispersão documental e que não sejam misturados a outros fundos.

Nesse sentido, os repositórios digitais propiciam a centralização dos arquivos digitais, os quais encontram-se em grande parte dispersos. Essa centralização dos arquivos digitais por meio dos repositórios digitais favorece a preservação digital, que vem de encontro com os principais princípios arquivísticos tais como: proveniência e organicidade.

Dessa forma, a organicidade associa-se ao contexto dos repositórios digitais ao relacionar os arquivos digitais com a estrutura e as funções das instituições que produziram os arquivos, o qual estabelece a relação orgânica entre os arquivos digitais armazenados em um repositório digital .

A Unicidade une-se ao contexto dos repositórios digitais, posto que reporta-se a associação de cada arquivo com a função ou atividade que gerou o arquivo no cumprimento de sua missão.

Nota-se que os repositórios digitais por meio das estratégias de preservação dos arquivos digitais favorecerá o princípio da integridade arquivística, uma vez que propiciará a preservação do fundo sem que sejam misturados a outros fundos e a eliminação não autorizada.

Observa-se que o princípio da cumulatividade nos ambientes dos repositórios apresenta-se na estruturação hierárquica dos repositórios, a qual fornecerá a formação progressiva, natural e orgânica dos arquivos.

A cumulatividade existe quando os documentos estão ordenados de tal forma que refletem a propagação das ações nas instituições. A cumulatividade dos documentos deverá seguir o fluxo das atividades que produzem esses documentos. Nota-se que para estabelecer a equivalência entre a cumulatividade documental e o fluxo das funções que geram tais documentos se faz pertinente incorporar os documentos às funções e atividades, os quais dificilmente se estabelecem sem uma intervenção. O princípio da organicidade sucede-se por meio da cumulatividade.(RODRIGUES, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da teoria dos arquivos propiciou estabelecer as relações entre os princípios arquivísticos com o contexto dos repositórios digitais, evidenciando-se a ligação dos princípios tais como: proveniência, organicidade, unicidade, integridade arquivística e cumulatividade com os ambientes dos repositórios digitais.

Constatou-se que os repositórios digitais associam-se ao princípio arquivístico da

proveniência ao dispor da centralização dos arquivos digitais, o qual favorece a preservação digital e que considera as estruturas e funções dos produtores dos arquivos.

A partir da conceituação dos princípios arquivísticos, tornou-se exequível demonstrar as ligações entre a organicidade e os repositórios digitais, pois os repositórios são estruturados de forma hierárquica, os quais representam as estruturas e as funções que geraram os documentos.

Destacou-se a analogia estabelecida dos termos adotados nos ambientes dos repositórios digitais construídos com o *software DSpace* com os ambientes de arquivos. O termo comunidade corresponde aos grupos ou seções, as subcomunidades, aos subgrupos e as coleções às séries documentais.

Pode-se afirmar que os repositórios digitais são estratégicos na preservação dos arquivos digitais, uma vez que a preservação digital constitui uma das principais atribuições dos repositórios. A preservação dos arquivos digitais e conseqüentemente a preservação da memória institucional propiciam a preservação do fundo, o qual corrobora com o princípio da integridade arquivística. A formação progressiva e orgânica dos arquivos por meio hierárquico presentes nos repositórios digitais permitiram demonstrar a relação com o princípio da cumulatividade.

Essas reflexões outorgaram como os repositórios digitais relacionam-se com os princípios arquivísticos, posto que, os princípios arquivísticos constituem a base da teoria dos arquivos que orienta todas as intervenções arquivísticas.

Considera-se que os repositórios digitais configuram-se como um arquivo de proporções monumentais, ou seja, um gigantesco arquivo, um colosso documental. Entretanto, nem todo repositório digital existente poderá ser entendido com um arquivo, uma vez que para aplicar os princípios arquivísticos e a preservação digital aos ambientes dos repositórios digitais se faz necessária a adoção de políticas informacionais pré estabelecidas no momento de sua criação ou para a implementação posterior dessas políticas no contexto dos repositórios digitais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada?. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2 n.2, p.127-137, ago./set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 02 jan. 2012.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1973.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística**. 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). 2010. **Glossário**. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2010glossario_v5.1.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. 2004. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002a.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002b. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- CAFÉ, L. et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 26. 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- COELHO, C. **Um repositório digital para a u.porto: relatório preliminar**. 2005. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/up_uk/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1368788598/repositorio-vpreliminar.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD(G))**. 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2012.

- CROW, R. The case for institutional repositories: a sparce position paper. **Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition**. Washington, DC. 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2012.
- FERREIRA, A. M. J. F. C. **Repositório da universidade aberta à terceira idade (UNATI) da Unesp de Marília**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. . **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 2 n. 6, dez, 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_02.htm>. Acesso em: 23 jun. 2012.
- INSTITUTO** Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p.91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/831/677>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- KURAMOTO, H. **Iniciativas do IBICT para implementação tecnológicas para gestão e acesso à informação**. 2007. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/T3_A1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2012.
- LYNCH, C. A. **Institutional repositories**: essential infrastructure for scholarship in the digital age. Association of Research Libraries, Washington, DC. n.226, p. 1-7, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- MARCONDES, C. H; SAYÃO, L. Repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. (Org). et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. 1.ed. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.
- MÁRDERO ARELLANO, M. Á. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1518>>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- PAES, M. L. **Arquivo**: Teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- RODRIGUES, A. M. L. **Uma análise da teoria dos arquivos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Infomação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/LHLS-69UR3J/1/mestrado__ana_m_rcia_lutterbach_rodrigues.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2012.
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. 1.ed. Lisboa. Dom Quixote. 1998.
- SANCHEZ, G. B. S.; MELERO, M. R. **La denominación y El contenido de los repositórios institucionales en acceso abierto**: base teórica para la ruta verde. 2006. Disponível em: <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/1487/1/OA2rm.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SANTAREM SEGUNDO, J. E. et al. Integração do framework manakin com a plataforma DSpace para múltiplas apresentações visuais de informações nos repositórios digitais. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.07, n.02, p. 10-26, jan/jun. 2010.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

THOMAZ, K. P. A preservação digital e o modelo de referência: open archival information system. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5 n. 1, fev, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em: 15 out. 2011.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A Preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). **DataGramZero**, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, n.1, p.51-71, jan/jun. 2006. Disponível em:<[http:// seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19/7](http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19/7)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

RELATIONS BETWEEN THE DIGITAL REPOSITORY AND ARCHIVAL PRINCIPLES

Abstract: The Digital repositories have emerged from the Open Archives Initiative (OAI). Since then it has been used especially by institutions for the preservation of institutional memory through self-archiving of various types of documents, constituting the so-called institutional repositories. The objective, in this work, relate the environments of digital repositories with archival principles and approach with digital preservation. We conducted a literature search on the following topics: Digital Repositories (Institutional and Thematic), Digital Preservation and archival principles that examines the theory of the files differences between electronic documents, digital files and digital objects in the context of these environments digital information. Demonstrated the equivalence of the terms adopted in the digital repositories using on the DSpace software environments with the files. The results obtained allow us to reveal the relations existing between the environments of digital repositories with archival principles with emphasis on digital preservation.

Keywords: Digital Repositories. Archival principles. Digital Preservation.